



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**ANEXO AO ATO SEAUD.GP Nº 778, DE 15/12/2022**

**PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC**

**EXERCÍCIO 2023**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

### Capacitação necessária para execução do PAA.

A Resolução CNJ nº 309/2020, nos arts. 69 a 72, e o Ato SEAUD nº 317/2020, no art. 8º, preveem a apresentação do Plano Anual de Capacitação de Auditoria, após a aprovação do PAA pela Presidência do Tribunal. Ademais, conforme alteração introduzida pelo art. 3º da Resolução CNJ nº 422/2021, é recomendável que esse plano contemple, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor lotado na unidade, observada a disponibilidade orçamentária do órgão.

Nesse sentido, estimou-se o mínimo de 8 dias úteis de treinamento por servidor desta Secretaria, considerando as 7 horas diárias da jornada de trabalho, totalizando assim 56 horas de capacitação para cada servidor, em atendimento ao que recomenda o art. 72 da Resolução CNJ nº 309/2020.

Para o levantamento da necessidade de capacitação foram considerados os temas ou processos auditáveis previstos no PAA 2023 e os conhecimentos específicos necessários para a execução dos trabalhos de auditoria. Diante dessas informações, apresenta-se, na tabela abaixo, a necessidade de capacitação dos servidores da SEAUD para a execução do PAA 2023.

**Tabela 1 – Conhecimentos específicos e necessidade de capacitação para a execução dos trabalhos de auditoria de 2023.**

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
1	Transparência da Prestação de Contas de Forma Contínua	LC nº 101/2000 – LRF; Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação; Lei nº 8.112/1990 e legislação correlata; Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata; Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Instrução Normativa TCU nº 84/2020; e Decisões Normativas do TCU.	Não	Não
2	Prestação de Contas Anual	LC nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU nº 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP	Sim
3	Prestação de Contas Anual	LC nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU nº 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público;	Tesouro Gerencial	Sim



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
		e Excel Avançado.		
4	Prestação de Contas Anual	LC nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU nº 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Siafi – Operacional e Web	Não
5	Prestação de Contas Anual	LC nº 101/2000; Lei nº 4320/1964; Instrução Normativa TCU nº 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Auditoria nas Contas Anuais	Não
6	Governança Institucional	Governança Pública; Liderança; Estratégia; Controle; Governança no aspecto operacional - Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Contratações, Gestão Orçamentária.	Atualização em Tecnologia da Informação	Sim
7	Governança Institucional	Governança Pública; Liderança; Estratégia; Controle; Governança no aspecto operacional - Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Contratações, Gestão Orçamentária.	Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário	Não
8	Gestão da Funpresp-Jud	LC nº 109/2001; Lei nº 12.618/2012; Portaria MPS PREVIC nº 559/2013; e Resolução STF nº 496/2012.	Não	Não
9	Contabilização dos Recursos Próprios do Programa de Assistência à	Normas Brasileiras de Contabilidade; Resolução CFC nº 1.374/2011; e Ato do Conselho Deliberativo do TST-Saúde nº 12/2009.	Não	Não
10	Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão na Folha de Pagamento do TST	Lei nº 8.112/1990; Lei nº 11.416/2006; Lei nº 13.317/2016; Lei nº 13.752/2018; legislações correlatas ao pagamento de pessoal; ferramentas informatizadas de auditoria; Excel; Sistema SIGEP, módulo Folha Web.	Não	Não
11	Folha de Pagamento – Percepção de Rubricas em Virtude de Decisão Judicial	Lei nº 8.112/1990; Lei nº 11.416/2006; Lei nº 13.317/2016; Lei nº 13.752/2018; legislações correlatas ao pagamento de pessoal; ferramentas informatizadas de auditoria; Excel; Sistema SIGEP, módulo	Não	Não



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
		Folha Web; Direito Processual Civil.		
12	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei nº 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e Direito Previdenciário.	Direito Previdenciário	Não
13	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei nº 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e Direito Previdenciário.	Atualização em Legislação e Prática de Pessoal	Sim
14	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na LC nº 101/2000	LC nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Contabilidade Pública – MDF e MCASP	Sim
15	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na LC nº 101/2000	LC nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Tesouro Gerencial	Sim
16	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na LC nº 101/2000	LC nº 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Siafi – Operacional e Web	Não
17	Diligências do Tribunal de Contas da União	Legislação de Pessoal; Lei nº 8.666/93; Lei nº 14.133/2021; e Ferramentas informatizadas para emissão de relatórios.	Atualização em Legislação e Prática de Pessoal	Sim
18	Plano de Transformação Digital	Resolução CNJ nº 370; e Plano de Transformação Digital do TST.	Gestão de TI no Poder Judiciário	Não
19	Gestão de Serviços de TIC	ITIL 4	ITIL 4	Sim
20	Execução da Estratégia de TIC	Cobit 2019; e Gestão de Riscos.	Cobit 2019	Não
21	Execução da Estratégia de TIC	Cobit 2019; e Gestão de Riscos.	Gestão de Riscos	Sim
22	Gestão de Bens Permanentes	Resolução CNJ nºs 347/2020 e 400/2021; Lei nº 14.133/2021; Ato TST nº 390/2020; e Ato TST nº 248/2020.	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas	Sim
23	Plano Anual de Capacitação em Contratações	Resolução CNJ nºs 347/2020 e 400/2021; Lei nº 14.133/2021; Ato TST nº 390/2020; e Ato TST nº 248/2020.	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas	Sim
24	Política contra Assédio e Discriminação (Ação Coordenada de Auditoria CNJ)	Resolução CNJ nº 351/2020 e suas alterações; Resolução CNJ nº 230/2016; Lei nº 8.112/1990; Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14230/2021; Acórdão TCU nº 456/2022-Plenário; e legislações correlatas.	Não	Não
25	Consultoria demandada pela Administração do TST (Os temas das atividades ainda serão definidos pelo CNJ e pela Administração)	A definir oportunamente.	Não	Não



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2023
	do Tribunal).			
26	Desenvolvimento da Capacidade de Auditoria Interna da SEAUD	Normas de Auditoria; Modelo IA-CM.	Não	Não

Destaca-se que, regularmente, o TST oferece aos seus servidores ações e cursos de capacitação que contemplam atualização em direito constitucional, direito administrativo, língua portuguesa, redação e ferramentas de informática, que acabam por compor a capacitação dos servidores da SEAUD.

Ainda, diante da limitação dos gastos públicos de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, o TST tem buscado soluções para manter o desenvolvimento de seus servidores, tais como parcerias com outros órgãos para realização de cursos a baixo custo ou sem ônus. Ademais, o CNJ e o TCU têm oferecido ações de capacitação direcionadas aos servidores da área de auditoria interna, sem ônus para o Tribunal.

Ressalta-se que a necessidade de capacitação identificada é considerada essencial para o desempenho das atribuições dos servidores da SEAUD e visam o desenvolvimento das áreas de auditoria interna em alinhamento com as boas práticas atualmente adotadas e a integração entre os órgãos. Da mesma forma, a participação de auditores em fórum de debates, a exemplo do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário, do Fórum Nacional de Controle promovido pelo TCU ou do Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, ampliam a visão estratégica e internalizam boas práticas existentes em outros órgãos da Administração Pública.

Ademais, devido ao ingresso de novos servidores nesta Secretaria e à atualização frequente de normas, é necessário manter cursos para formação básica de auditores, conforme art. 69, § 2º, da Resolução CNJ nº 309/2020. São cursos de Auditoria Governamental; Normas Internacionais de Auditoria; Auditoria Baseada em Risco; Governança Pública; Gestão de Riscos.

Outras formações possuem particularidades específicas. No tocante à auditoria de TIC, há necessidade de capacitação em Auditoria de Tecnologia da Informação e de participação em conferências sobre boas práticas e temas relevantes para a estratégia de TIC do TST, como o *Gartner IT Infrastructure, Operations and Cloud Strategies Conference*; *Gartner Data & Analytics Summit*; e *Gartner Symposium ITXPO*.